

Fernando Antonio Santana¹

MAX WEBER E A PASSAGEM DA “CIÊNCIA DO HOMEM” PARA A “CIÊNCIA DA EXPERIÊNCIA”

INTRODUÇÃO

Quando Max Weber (1971) abordou a transformação da economia agrária e seus efeitos sobre os camponeses alemães e polacos na aula inaugural proferida em 1895¹, quando da sua posse na Universidade de Freiburg², manifestou embrionariamente ao menos duas propriedades teórico-metodológicas fundamentais da sua futura sociologia compreensiva [*verstehende Soziologie*]. A primeira propriedade, expressa naquela aula e em sua subsequente versão impressa³, é sobre uma incongruência entre os critérios de valor da ciência e os da político-econômica. Enquanto a tradição alemã da Escola Histórica de Economia borrava critérios de valor éticos e eudemonistas com critérios científicos, extraíndo fins políticos e orientações normativas da matéria empírica observada, Weber passou a questionar-se, numa lacônica incursão metodológica, sobre as possíveis prerrogativas da ciência econômica em apreciar juízos e desejos políticos com base nos próprios fatos e independentes de quaisquer pontos de vista. Já se colocava para ele, naquele momento, a bem acentuada pressuposição de que separar realidade e valor é tanto um chamado à auto-observação subjetiva quanto aos ideais a partir dos quais avaliam-se os processos observados. A segunda propriedade teórico-metodológica, que antecipa o cerne da orientação compreensiva weberiana, diz respeito, por seu turno, ao fim cognitivo que cabe a uma “ciência econômica” enquanto uma forma de “ciência política” perseguir (1971: 14). Corroborando então a posição inicial daquela Escola, para Weber cabe à ciência econômica tão somente, enquanto “ciência do homem” [*Wissenschaft vom Menschen*], “per-

guntar-se sobretudo pela *qualidade dos homens* que são produzidos pelas condições de existência econômicas e sociais” (1971: 13).

Conquanto Weber afaste-se da Escola Histórica de Economia em relação a seus preceitos unos sobre ética e ciência - antecipando não só sua posição neo-idealista ao separar valor e realidade, mas também sua tese das distintas e incongruentes linhas de ação, como a da política e a da ciência -, a agenda de pesquisa de uma “ciência do homem” é toda ela oriunda daquela Escola e bastante afinada com a tradição historicista alemã (Hennis, 1987; Shionoya, 2005; Tribe, 2007). Diferentemente do que ocorreu nos centros europeus à época, em território alemão a economia [*Nationalökonomie*], enquanto disciplina acadêmica, nasce do campo filosófico e vincula-se subsequentemente ao campo jurídico, mais precisamente à Escola Histórica de Direito⁴. O laço umbilical entre direito e economia fez com que esta última assimilasse diretrizes fundamentais daquela, notadamente uma agenda oposta tanto ao universalismo idealista, que nega a “história concreta” e subsume o *individual* à realização do conceito universal, quanto ao cosmopolitismo iluminista, que com sua ideia abstrata de “homem” faz tábula rasa das condições substantivas da existência humana, sejam elas econômicas ou sociais. Se um expoente da Escola Histórica de Direito como Friedrich von Savigny afirmava - antecipando em certa medida Carl Schmitt - que as normas formais vigentes numa sociedade são expressão do espírito de um povo [*Volksgeist*] antes que um produto da razão à moda iluminista (Beiser, 2015: 214-15), a Escola Econômica na mesma toada encampou-se do abstrato princípio inglês do *homo economicus* para levar em conta as características históricas e nacionais no estudo da vida econômica. Então, antes de leis econômicas abstratas, que pouco dizem tanto sobre o desenvolvimento histórico-concreto de uma nação quanto sobre a “natureza orgânica da sociedade” (Schumpeter, 1910: 110-13), apenas uma aproximação à maneira “ético-histórica” (Schmoller), que leva em conta algo como a “qualidade dos homens” e suas “condições de existência”, deve conduzir o interesse cognitivo das investigações em economia.

Herdeiro intelectual da Escola Histórica, é sobre tal ciência econômica, a *Nationalökonomie* histórica, que Weber irá erigir a sua sociologia compreensiva. Uma ciência que visa suplantar o indivíduo abstratamente construído da economia clássica pela “personalidade do homem” tal como ela se manifesta em situações concretas. Apesar das críticas de ordem “lógica” à “ciência do homem” que começam a ser tecidas por parte de Weber desde *Roscher und Knies* (1903-1906), aquele modelo de ciência perdura para ele como um paradigma que quer *praticar* até ao menos o trabalho de 1904 sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais [*Die “Objektivität”*]. Quando neste texto, que aparece na revista do *Arquivo para Ciência Social e Política Social*⁵, Weber refere-se à “nossa ciência”, e a todos os impasses de ordem metodológica que quer resolver ou firmar posição, ele está se referindo ainda à *Nationalökonomie*, e não à *verstehende Soziologie*. São os problemas e as questões da ciência eco-

nômica e a sua forma de adentrar na chamada “querela do método” [Methodenstreit] e “dos valores” [Werturteilstreit] que condensam ali as suas preocupações fundamentais, a saber: se a ciência econômica deveria almejar a produção de leis como objetivo primeiro, o modo de canalização da realidade empírica em conceitos, a relação entre juízos de fato e de valor, entre outras. Na esteira, portanto, de preocupações necessárias à edificação de uma ciência empírica, que quer conferir solidez metodológica ao historicismo da *Nationalökonomie*, o “homem” da Escola Histórica deve ser necessariamente submetido a uma construção logicamente orientada e conceitualmente mediada. Da “ciência do homem”, presente no “jovem Weber” dos estudos agrários, passa-se a uma “ciência da experiência do homem”, quando problemas de validação empírica e o valor da verdade são postos em primeiro plano.

Há diversas “ciências” e “sociologias” em operação na obra de Weber, em coexistência ou, ao menos, coextensivas (Derman, 2012; Lichtblau, 2015; Walther, 1926). Seu ímpeto analítico de juventude orientado para as condições de desenvolvimento da economia capitalista nas civilizações antigas e na história agrária romana (Heuss, 1965; Honigsheim, 1949) esboça, a princípio, uma espécie de inclinação metodológica quase “materialista” - mas não marxista -, orientada para uma análise de classe e para as transformações históricas nas relações sociais e de produção. Já nos estudos agrários desenvolvidos entre 1892-1894, na esteira dos questionários para a *Verein für Sozialpolitik*, tal inclinação permanece, com a atenção voltada em especial para as mudanças na estratificação social da população rural e para a transformação capitalista no cenário agrário alemão. A diferença entre esses dois momentos, todavia, é que no segundo, que precisamente antecede a aula inaugural de 1895, Weber parece concluir a travessia da jurisprudência para a economia política da Escola Histórica. Agora, aquela inclinação metodológica passa a ser complementada com as mutações e as *tendências subjetivas* que os processos estruturais realizam nos personagens que compunham o contexto socioeconômico no lado oriental prussiano, conhecido como Leste do Elba.

No encaço do que diversos especialistas já apontam sobre o caráter heterogêneo e “multifacetado” dos modelos de ciência que Weber exerce, mais ou menos individualista-subjetivo ou histórico-comparativo, meu objetivo aqui é então sugerir um possível movimento menor, um deslocamento *de uma ciência à outra* no seu pensamento, atendo-me em especial à sua produção na virada do século XIX para o XX, quando ele se empenha em sintetizar preocupações lógicas da filosofia neokantiana com a agenda substantiva da Escola Histórica. Importante salientar, porém, que não tenho por objetivo fazer escrutínio sobre a produção agrária de Weber, tampouco apresentar algum “corte epistemológico” em seu pensamento, mas apenas apontar para alguns possíveis traços na sua produção no século XX que são consequência do seu processo de aprofundamento metodológico durante aquele período, para as-

sim sugerir a presença de um movimento reflexivo em tais assuntos. Esse é afinal de contas o que quero dizer com a ideia de uma ciência à outra, de uma “ciência do homem” para uma “ciência da experiência” ou “empírica”, a saber, nada mais que um movimento de elaboração e nitidez metodológica por parte de Weber⁶.

DA “CIÊNCIA DO HOMEM” PARA A “CIÊNCIA DA EXPERIÊNCIA DO HOMEM” (E VICE-VERSA?)

Os estudos agrários de Weber, escritos entre 1892 a 1894, são fundamentalmente interpretações sobre processos de mudança social na região ao Leste do Elba produzidas a partir de material herdado de mais de dois mil questionários aplicados no contexto da *Verein für Sozialpolitik*? (Riesebrodt, 1984). Embora não muito conhecidas ou extensivamente estudadas em relação às suas obras tardias, essas interpretações resultaram em alguns textos de juventude bastante importantes e foram a matéria mais fundamental dos dados e reflexões metodológicas e políticas que Weber apresentou em sua notória aula inaugural em Freiburg em 1895. De todo o material escrito entre aqueles dois anos, algumas linhas interpretativas podem ser delineadas a partir das investigações agrárias de Weber (Honigsheim, 1946). Uma delas é, parcialmente, continuidade de um problema já apresentado em sua tese de habilitação [*Habilitation*] sobre a história agrária romana (Hennis, 2003), um problema que diz respeito às *tendências de desenvolvimento do capitalismo*. No que tange especificamente às propriedades rurais no Leste do Elba, e aos estudos agrários de Weber em geral, aquelas *tendências* não se confundem com qualquer teleologia objetiva à maneira de uma filosofia da história, porque são apenas possíveis como uma *disposição* na subjetividade de personagens situados em determinado contexto e submetidos a determinadas transformações estruturais nas relações sociais. No contexto específico do Leste do Elba, tais transformações são analisadas por Weber como metamorfoses na composição do orçamento doméstico das famílias agrárias submetidas à dominação senhorial.

À primeira vista, esse tipo de investigação parece bastante trivial ao pensamento sociológico em seu alvorecer. Afinal, trata-se, em resumo, de uma abordagem clássica sobre o movimento de um núcleo de relações tradicionais - em Weber, em especial, de um núcleo patriarcal que coordena pelo poder uma comunidade econômica de interesses -, para um de relações capitalistas pautadas pelo princípio formal da impessoalidade entre classes sociais de interesses antagônicos. Aparentemente, também, esse tipo de inclinação analítica, que toma para si uma teoria do desenvolvimento capitalista, não se distanciaria substantivamente de alguma abordagem “materialista”. E, sob esse ângulo, Weber não estaria muito distante de Marx. Seria possível enxergar essa aproximação uma vez que a reconstrução que

Weber faz do contexto agrário não está tão longe do léxico marxiano do *Manifesto Comunista* (Riesebrodt, 1989: 143) e de alguns pontos alçados pelo “jovem Marx” nos artigos sobre o furto de madeira escritos para a *Gazeta Renana* (Marx, 2017). Nesses artigos de Marx, estão, por exemplo, as transformações de ordem objetiva nas relações sociais, como a separação do camponês da terra e dos meios de subsistência, além do aparecimento da mediação monetária e de “interesses materiais” subjacentes às mudanças tomadas no âmbito do direito consuetudinário. Weber leva em consideração grande parte dessas transformações no movimento do patriarcalismo para o capitalismo já na primeira interpretação derivada dos questionários em 1892⁸. No entanto, a reconstrução weberiana tem a sua especificidade, e ela está na forma pela qual ele não reduz as *formações sociais* a forças produtivas ou o *modo de vida* a condições econômicas objetivas. Para além da dimensão restritiva da conduta humana determinada pelas “condições objetivas” do capitalismo, fundamental, também para Weber é o “não-econômico”, vale dizer, o aspecto “psicológico” que corre em paralelo ou entra em *relação de adequação* ante às transformações estruturais. Dar conta do processo de desenvolvimento do capitalismo e suas *tendências* - e dos estágios intermediários que aparecem em seu movimento a partir do patriarcalismo no contexto agrário do Leste do Elba - requer, para ele, levar em consideração o enquadramento subjetivo da vida econômica, isto é, um certo *habitus* ou modo pelo qual determinados princípios volitivos, morais e psicológicos associam-se e adéquam-se a “condições de existência” vigentes.

Esse tipo de enquadramento é bastante perceptível no modo pelo qual Weber delinea as *tendências de desenvolvimento do capitalismo* pelas mudanças subjetivas na “psicologia” dos personagens do mundo agrário. E aqui há um ponto bastante relevante, porque não se nota uma inclinação tardia presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em que há uma relativa primazia da dimensão subjetiva e moral sobre a estrutura ou a “forma” das relações de produção, tampouco se apresenta alguma tensão metodológica ante a Escola Histórica e seu indutivismo e realismo metodológico, como em *Roscher und Knies*, muito menos a presença de tipos-ideais da maneira que aparece nos seus trabalhos mais maduros. A tonalidade subjetiva que desponta nos estudos agrários enquanto orientação metodológica não é exatamente de origem “idealista”, na qual os valores condicionam a conduta ou as “ideias” regem as “práticas”. Ela ecoa melhor traços do historicismo da Escola Histórica, o qual não isola aspectos “econômicos” dos “não-econômicos”, à moda da economia inglesa, mas os põe em conjunção e interação; do mesmo modo, ela não põe qualquer primazia sobre a teoria abstrata, à moda austríaca, em detrimento do viés histórico. Embora Weber incorpore preocupações bem típicas do historicismo da Escola Histórica, como certo “realismo histórico”, ele, entretanto, não parece fazer coro, nos estudos agrários, a elementos teóricos-chave daquela Escola, como o organicismo ou o holismo me-

metodológico, os quais presumem, como ponto de partida, uma comunidade de valores compartilhados ou algo correlato a um metafísico *Volksgeist*. Já se delinea, nesse momento, traços fundamentais da metodologia do Weber novecentista, e aqui o holismo metodológico da Escola Histórica é corrigido com um individualismo metodológico em estágio embrionário, no qual Weber atenta-se para as molas impulsoras ou motivos da agência individual.

Vê-se cristalina tais diretrizes na descrição de Weber do cenário agrário no leste alemão. Esse cenário era composto, inicialmente, por um camponês avassalado, ou *Instmann*, e um senhor proprietário de terras. Ao *Instmann* era concedido, pelo senhor, uma casa e uma parte de terra para cultivo e pastoreio próprio, além de insumos básicos, como lenha, grãos e tecido, garantindo-lhe relativa segurança para si e sua família. Além disso, era-lhe assegurado também parte fixa da colheita da propriedade senhorial, o chamado direito de debulha. Quanto maior a produção agrícola obtida pelo senhor proprietário, maior a parte do *Instmann*. Não havia aqui, por conseguinte, “luta de classes” ou interesses econômicos em conflito, uma vez que o mútuo interesse econômico sobre a produção fundiária retroalimentava a manutenção de uma “comunidade econômica de interesses”. No entanto, determinadas características oriundas do processo de desenvolvimento do capitalismo desestabilizaram essa “comunidade”. A entrada da burguesia comercial na agricultura muda completamente tanto o cenário quanto a psicologia dos personagens atuantes no mundo agrário prussiano. A aquisição e locação de propriedades rurais pela burguesia, para submetê-las a um arranjo administrativo racional, força uma mudança visceral no modo de vida da aristocracia agrária, induzindo-a a um modo de vida burguês. Agora, o antigo senhor proprietário, de costumes tradicionais e mentalidade ajustada ao regime patriarcal, converte-se, por desejo ou necessidade, num empreendedor capitalista. A competição cada vez mais acirrada no mercado também força a racionalização e expansão qualitativa da produção, tanto dos meios de produção, com o adentramento de maquinário à vapor, quanto da força de trabalho. A racionalização do processo produtivo transformou o *Instmann*, enquanto trabalhador rural que era empregado e sustentado durante todo o ano, num duro encargo para o lucro interno da propriedade. No sentido de reverter tal ônus para o capital, a força de trabalho permanente ganha forma de mercadoria e é então substituída por trabalhadores pagos em dinheiro por jornadas diárias. O *Instmann* metamorfoseia-se, assim, em um diarista sem remuneração regular [*Deputant*], e depois em trabalhador assalariado formalmente livre. De todas essas mutações em nível estrutural, da racionalização dos processos ao aparecimento da forma salário, produz-se a desintegração dos elementos comunais na economia agrária prussiana.

Todas essas reconfigurações engendradas pelo processo de desenvolvimento capitalista que Weber descreve e interpreta não se resumem apenas às condições econômicas e aos interesses materializados, entretanto. E aqui

Weber percorre um caminho distinto de Marx e de qualquer inclinação materialista. Porque além de aspectos objetivos, aquelas reconfigurações significam também, e fundamentalmente, uma mutação na “psicologia” dos personagens agrários. Com a desintegração da comunidade econômica de interesses, aparece o *desejo* de se desvencilhar do compadrio e de antigos compromissos pessoais para emancipar-se pessoalmente. Esse *desejo* é algo que passa a ter ressonância em todos os personagens agrários, e a *psique* patriarcal passa a ceder espaço à racionalidade econômica e aos desejos emancipatórios que lhe vem à reboque. Em um texto de 1894⁹, Weber relata, ainda, que o trabalhador rural chega a abrir mão de posições mais favoráveis e seguras de trabalho para não ter que renunciar à sua emancipação pessoal (1984: 920). Embora a abolição da comunidade de interesses conduza necessariamente o trabalhador rural ao “processo de proletarização”, a liberdade - ou a “magia psicológica da liberdade” [*psychologische Zauber der “Freiheit”*] (1984: 920), como diz Weber - torna-se uma motivação psicológica incontornável no cenário em que o *modo de vida* patriarcal e sua extensão econômica converte-se em algo absolutamente antiquado ao novo mundo que desponta. Em que pese todas as ambivalências que Weber irá posteriormente apontar, bem ilustrada na imagem da “jaula de aço” [*Stahlhartes Gehäuse*], a liberdade caracteriza-se como numa máxima na *forma de vida* no capitalismo, tanto presente no “imaginário” dos personagens que compõem o seu sistema quanto uma condição antropológica sua. A liberdade é uma *tendência* “psicológica” incontornável para o “homem” submetido ao capitalismo. Não se trata de um movimento estrutural ou nas condições objetivas, é algo apenas espiritual, uma “qualidade”, um fator “não-econômico” que vem à tona frente a novas “condições de existência”.

Toda essa forma teórica de análise da questão agrária por Weber antecipa, certamente, elementos que serão vistos nas suas produções empíricas mais conhecidas e produzidas já no século XX. Sua inclinação “ética-subjetivista”, que traz a marca analítica de personagens da Escola Histórica de Economia, de Knies a Schmoller (Hennis, 1987; Riesebrodt, 1989), perdurará em estudos como o da ética protestante e o espírito do capitalismo, por exemplo. Mesmo possuindo profundo conhecimento sobre diversas correntes econômicas da sua época, como é possível observar de algumas das sistematizações de Weber anteriores a 1900 (por exemplo, os cursos em Freiburg, (Weber, 1990)), as linhas gerais da proto-sociologia cultural da Escola Histórica permanece uma vereda aberta para ele, pela qual continua orientando-se. O caráter fundamental que Weber imprime à sua sociologia compreensiva, já no século XX, de uma ciência que deve guiar-se sempre em vista do ponto de vista subjetivo dos agentes, demonstra a permanência de uma orientação teórica já embrionariamente delineada desde os seus estudos agrários. Trata-se de trazer à tona uma aproximação ético-histórica, que realça a “qualidade do homem”, um predicado irredutível à quantificação ou à

generalizações abstratas. No entanto, é a partir também daqueles expoentes da Escola Histórica, entre outros personagens contemporâneos seus - de Wundt a Simmel, passando por Münsterberg, Gottl, Lipps e o italiano Croce -, que Weber irá tecer todo o seu relativo distanciamento perante à sua tradição intelectual e institucional. O movimento inicial desse distanciamento está em *Roscher und Knies*, primeiro texto de fôlego após a sua crise nervosa, escrito em três partes entre 1903 a 1906, e concebido originalmente como ensaio comemorativo [*Festschrift*] para o centenário de “refundação” da Universidade de Heidelberg. Naquele texto está presente uma miríade de enfrentamentos teóricos e de contestações de ordem metodológica e lógica ante à Escola Histórica, como, por exemplo, o “realismo ingênuo”, o “intuicionismo” e a interpretação psicologista da teoria do conhecimento. O ponto central, agora, é obter alguma mínima clareza sobre o que muda em seu entendimento acerca do objeto “homem” e em sua “qualidade” ética e psicológica após as críticas e o distanciamento alardeado em *Roscher und Knies*. Haveria algo fundamental na condução teórica-metodológica dos estudos agrários que não encontraria mais espaço no Weber novecentista?

Houve um relativo distanciamento já anunciado na aula inaugural de 1895, quando Weber provoca aquela Escola a tomar consciência de seus procedimentos e pressupostos valorativos. Mas para além da “querela dos valores” - isto é, sobre a heterogeneidade dos critérios de valor da ciência e da política ou do “ser” e do “dever-ser” -, há um outro que ganha corpo em *Roscher und Knies*, que diz respeito à forma de objetivação do “homem”, bem como ao problema de validação do conhecimento da sua dimensão subjetiva/discursiva, ou, ainda, ao problema do conhecimento da *matéria* histórica de maneira geral. Uma primeira pista elementar para decifrar o porquê da posição de certo modo tensionada perante à Escola Histórica de Economia residiria, a princípio, no déficit “teórico” e “metodológico” da objetivação do “homem” e de suas “qualidades”. Em certa medida, o aprofundamento do seu contato com a obra e as preocupações de ordem lógicas de Rickert no final do século XIX o fizeram voltar-se para problemas de validação geralmente associados a qualquer ciência que se pretenda empírica. Muito embora os problemas de Weber não se resumem de forma alguma aos de Rickert, há, porém, farta literatura apontando para as relações entre ambos e para uma espécie de “virada lógica” no pensamento weberiano após se conhecerem em Freiburg em 1895-1996¹⁰. Um outro caminho, mais especulativo, para entender possíveis razões das polêmicas erigidas em *Roscher und Knies* está na forma idiossincrática pela qual Weber incorporava, a partir de seus estudos empíricos, diagnósticos sobre o seu tempo e os associava aos seus pressupostos e princípios epistemológicos, distanciando-se, assim, dos pressupostos iniciais da Escola Histórica. Aquela sua percepção incipiente na aula de 1895 sobre certa racionalização que independentiza as esferas de valor é, como um *indício*, exemplar de como um diagnóstico preliminar sobre um processo estrutural da moder-

nidade adentrava e passava a orientar seu quadro teórico e sua percepção sobre a relação entre ciência e ética (Oexle, 1996). Além dos juízos de valores, o tópico da liberdade, que desponta como uma “qualidade psicológica” da modernidade, presente nos estudos agrários, talvez seja um outro exemplo do modo como algo que se apresenta como uma *tendência* do capitalismo passa a erigir-se como uma espécie de “pressuposto antropológico-filosófico” - um pressuposto que delimita a experiência possível da vida humana - que tangencia as construções metodológicas de Weber.

Em *Roscher und Knies* - em especial no segundo subtópico, “Knies e o problema da irracionalidade” - está bem colocado o problema da liberdade para Weber sob o prisma metodológico quando se defronta com a posição de Karl Knies. Nesse ponto em especial, Weber vê-se diante de um problema de filosofia da história num contexto intelectual que entendia a si como pós-hegeliano: o problema da sistematização do material histórico. Sob o pano de fundo da crítica ao organicismo e emanatismo da Escola Histórica, o problema era saber sob qual critério racional as ações humanas poderiam ser sistematizadas. Para Knies, segundo a leitura de Weber, elas não poderiam sê-lo, porque o livre arbítrio, característico do agir humano, estaria sempre associado à irracionalidade, logo à “incalculabilidade”. Então, quanto mais livre uma ação, mais difícil “calculá-la”, por não estar caracterizada pela ideia de “necessidade” à maneira dos processos da natureza. Já delineando os traços fundamentais da sua teoria da ação, Weber coloca a questão de um ponto de vista completamente distinto: quanto mais livre o “homem”, desvincilhado de pressões externas, mais “calculável” é o seu agir, porque só há sentido suscetível de compreensão numa ação se ela é livre. A liberdade da ação relaciona-se então à nitidez interpretativa: quanto mais livre uma ação, mais claro e sobressaliente é seu sentido e a sua racionalidade, já quanto mais subjugada e dominada pelo poder, hábito ou emoções, mais opaco é o seu sentido à ciência racional (Weber, 1973: 226-27; 2004: 15; Brubaker, 1984: 92-5; Löwith, 1988: 62-63). Dessa perspectiva, o nível relativo da nitidez interpretativa é sensivelmente menor em relação ao sentido da ação de um “homem” empírico preso às amarras das antigas comunidades patriarcais ou sucumbido às antigas comunidades religiosas de tipo “fraternal”. O sentido da ação do “homem” preso à tradição é relativamente opaco e intransparente, porque é cativo do poder e escravo do hábito. O máximo de nitidez interpretativa é apenas obtido pela presença ou pressuposição conceitual de um “homem livre” para perseguir seus próprios fins e atribuir sentido à sua própria ação no mundo. Ao fim e ao cabo, Weber conjectura e pressupõe esse “homem”. Mas assim o faz, contudo, não presumindo o predicado da liberdade como característica objetivamente dada. O predicado da liberdade só pode ser, enfim, um juízo historicamente possível, uma valoração determinada pela subjetividade de quem toma posição. Desse modo, o seu juízo sobre a “liberdade da vontade” é apenas possível enquanto condição antro-

pológica condicionada por uma tendência de desenvolvimento da modernidade, ou seja, por processos que liberaram espiritualmente o “homem” de formas sociais que limitavam sua emancipação pessoal e a perseguição de fins de maneira autônoma. Os primeiros diagnósticos de Weber, obtidos na esteira dos estudos agrários, e certa sensibilidade ao tempo presente, permitiram-lhe sustentar esse pressuposto antropológico em sua teoria da ação e em sua edificação metodológica.

O tópico da liberdade estenderia a discussão ainda mais a fundo na metodologia de Weber. Porque na medida em que o “homem” é livre para perseguir seus próprios fins, de maneira consciente e de acordo com os meios adequados - ou, mesmo, pelas “regras da experiência” - torna-se possível a uma ciência empírica da ação produzir verificação, generalizações e formulação de hipóteses em termos da relação entre meios e fins. Esse ponto encaminha a discussão para um problema de raiz lógica que faz Weber retirar um de seus pés da barca da Escola Histórica e sua versão da “ciência do homem” e colocá-lo na filosofia neokantiana. A princípio, tal problema abre-se a partir da reelaboração do termo “psicológico” [*psychologische*] para referir-se ao conteúdo substantivo humano, ético e cultural. Nos escritos agrários, o uso daquele termo era bastante recorrente para fazer referência à dimensão volitiva e subjetiva humana, sem a distinção inequívoca de viés analítico que ele posteriormente fará, seguindo pontualmente o Simmel de “Problemas de Filosofia da História”, entre o sentido subjetivamente visado e o objetivamente válido, ou entre a “compreensão” imediata [*Aktuell*] e a “interpretação” [*Bedeutung*]¹¹. Após a confecção de *Roscher und Knies* e do ensaio sobre a objetividade [*Die “Objektivität”*], em meados da primeira década do século XX, tal termo parece, contudo, não ser mais usado indiscriminadamente. Embora o termo “psicológico” ou correlatos não desapareça do seu léxico¹², no período da escrita daqueles trabalhos, que inicia o seu movimento paulatino da *Nationalökonomie* em direção a *verstehende Soziologie*¹³ - ou, mesmo, da “ciência do homem” para a “ciência da experiência do homem” - Weber passa a fazer uma caracterização bastante clara sobre a irredutibilidade dos conceitos sociológicos a qualquer aspecto psicológico (Walther, 1926: 37-45). Uma sociologia enquanto ciência da realidade concreta, inclinada para a orientação da ação com base num sentido subjetivo “visado”, não pode tomar uma ideia psicológica como a de “processo interno” [*Innenvorgang*] em oposição a processos objetivamente dados ou objetivamente possíveis (Weber, 1973: 83). Há uma forma de objetivação do “homem” que não guarda qualquer relação com a “constelação psíquica” (Weber, 1973: 430). E é essa objetivação possível, que vêm das exigências de validação empírica para as ciências da cultura que Weber coloca a si na primeira década do século XX, a qual permite tanto a “calculabilidade” quanto a possibilidade teórica de considerações causais¹⁴ nas “ciências do homem” - algo, a princípio, bastante longe do horizonte dos expoentes da Escola Histórica de Economia.

Ao realizar todo esse movimento para responder o problema da “calculabilidade” das ações humanas, pode parecer que Weber descola-se completamente da agenda da Escola Histórica. Esse descolamento, porém, é apenas relativo, na medida em que Weber mantém um dos seus pés nessa Escola. Pois o encontro com uma *lógica* para os estudos da sociedade e da história, que já não mais opera na esfera do “realismo ingênuo”, na qual o conceito copia a realidade, não implica no abandono da agenda que tem por meta a “qualidade dos homens”. Quando Weber diz, em *Die “Objektivität”*, que “queremos compreender a realidade da vida que nos rodeia naquilo que tem de singular, tanto os nexos e a *significação* cultural das várias manifestações em sua configuração atual quanto as causas pelas quais se desenvolveu de determinado modo e não de outro” (Weber, 1973: 344), ele não está em nada longe do programa geral da Escola Histórica. Interessam-lhes, a Weber e aos membros dessa Escola, não o *homo oeconomicus* de matriz econômica inglesa, mas algo afim ao *homo moralis*. Por essa razão uma “teoria do interesse”, tão cara ao pensamento econômico-filosófico inglês, não encerra para Weber a amplitude da orientação da conduta humana, uma vez que ideais e valores são também suas molas impulsoras (Shionoya, 2005; Swedberg, 2005). E se o mundo humano se abre justamente pela via dos ideais, valores e sentidos que os indivíduos atribuem à realidade, uma ciência que se volta para esse mundo jamais poderá ser uma ciência de leis e desubstancializada de conteúdo significativo e desenraizada das atividades efetivas dos indivíduos concretos. Porque, ao fim e ao cabo, “leis” e “regularidades” não captam o irrepetível e o substantivo, seja moral ou religioso, como os “valores”, as “vontades”, as “tonalidades” e todas as demais “qualidades” que definem e são particulares do mundo humano.

Se tanto a Escola Histórica quanto Weber compartilham, por conseguinte, uma aproximação “qualitativa”, dado que a “qualidade do homem” não é acessível pela pura percepção físico-sensorial ou por leis que fazem tábula rasa dos conteúdos substantivos “não-econômicos”, eles diferem, porém, acerca do estatuto “lógico” do conhecimento histórico. Algumas diferenças acerca desse estatuto são tacitamente manifestas desde os estudos agrários, quando alguns princípios metodológicos historicistas da política econômica da Escola Histórica, como o holismo e a abordagem realista-indutivista, não são corroboradas por ele dado os patentes problemas de se alcançar uma pesquisa histórica válida por essa via. Na chamada “querela do método”, entre Menger e Schmoller iniciada em 1883, Weber já tomava posição em prol do primeiro, enxergando nas posições “teóricas” dele um avanço decisivo para a superação do dilema entre historicismo, de um lado, positivismo e naturalismo monista, de outro (Schluchter, 1989: 5). Weber, porém, enquanto historiador, não tomou partido da posição analítica-dedutiva de Menger ou de qualquer outra inclinação teórica-abstrata. As soluções para os problemas “lógicos” da Escola Histórica Weber os encontrou no “trabalho de

lógicos modernos” (1973: 146), como ele mesmo diz, em especial Rickert. No esforço desses trabalhos em lógica para fundamentar critérios universalmente válidos para as ciências da cultura, critérios tais que não poderiam estar em oposição lógica aos critérios de validação já em uso pelas ciências naturais, Weber tomou a compreensão [*Verstehen*], método já difundido no seio da tradição hermenêutica-historicista e determinante à gênese da sociologia universitária alemã, como um caminho para superar a oposição central da *Methodenstreit* entre “teoria” e “história”. A compreensão que ele almeja obter, a título de validação empírica, não é a de supostos significados objetivos, de textos ou de fenômenos espirituais, ou supra-individuais, holistas ou organicistas, mas aquela que faz apenas referência aos motivos, vontades e desejos de indivíduos concretos. O individualismo metodológico já esboçado nos estudos agrários encontra, agora, um fundamento e uma correspondência metodológica a partir de *Roscher und Knies*.

A compreensão weberiana é uma compreensão que visa *reconstruir* metodologicamente pontos de vista. E o termo *reconstruir*, aqui, é decisivo, porque é a partir dele que Weber realiza o movimento de uma “ciência do homem” para o que chamo aqui de “ciência da experiência do homem”. Um movimento que, por corolário, fez Weber se afastar um tanto da Escola Histórica e fincar um dos pés no produto das discussões neokantianas contemporâneas a ele. Porque “reconstrução” aqui quer dizer, no âmago, que os motivos que impelem um indivíduo a agir não são passíveis de serem captados e compreendidos de maneira imediata por revivência, introspecção ou empatia, mas por um recurso analítico mediado, teórico, típico de uma ciência que se pretende empírica. Com aquele movimento, Weber atinge duas frentes com um só gesto: ele abre tanto um campo de reflexão metodológica para justificar cientificamente o sentido e as forças motrizes da agência humana, em especial daquelas forças “não-econômicas” tão bem justificadas por personagens associados à Escola Histórica, quanto abre polêmicas com contemporâneos seus das mais diversas áreas apenas com o fim de legitimar seu método compreensivo perante o de outros.

Tudo isso fica bastante claro se termos em vista que, do ponto de vista do observador, o sentido subjetivo presente nas ações que emerge da interioridade humana, não se encerra, aos olhos de Weber, na possibilidade de revivê-los ou de revenciá-los. Para alguém como Dilthey, cujo livro “Introdução às Ciências do Espírito” (1883) foi recebido com entusiasmo por um personagem da Escola Histórica¹⁵, como Schmoller, a compreensão foi considerada, enquanto método das ciências humanas, nada mais que uma extensão da compreensão elementar da própria vida. Compreender, nesse sentido, é um processo no qual os objetos da experiência externa são relacionados à experiência interna, vale dizer, um processo por analogia pelo qual se pode revivenciar a experiência interna de outra pessoa com base na presença de uma expressão em particular (riso, choro, etc.) ou com base numa memória

que se tem de situação semelhante anteriormente vivenciada. Não há nada de procedimentos metodológicos ou construções puramente teóricas aqui, uma vez que compreender o outro - suas intenções e motivos - ou os “fatos da sociedade” é apenas possível por meio de um processo psicológico de revivência interna⁴⁶. Embora Weber nunca tenha entrado em rota de choque com Dilthey, é cristalino para ele que tal espécie de compreensão, que almeja referir-se de maneira imediata aos fatos ou que se transpõe para dentro da “alma” de outrem, seria inconcebível para qualquer ciência de pretensões empíricas. Porque compreender o conteúdo vivido presente na ação de outrem a partir do conteúdo da vivência de si - de uma “transposição psíquica” do sujeito cognoscente para a personalidade do “homem” alvo da compreensão - impossibilitaria que esse mesmo conteúdo torne-se objeto de um juízo objetivamente válido. É necessário, antes, a reformulação dos “fatos da consciência” enquanto objetos científicos, ou seja, a reconstrução dos dados sensíveis da vivência [Erlebnis] humana imediatamente dada em uma forma metodologicamente adequada às exigências de validação das ciências empíricas especializadas.

Apesar das querelas técnicas e contextuais em torno da *Wissenschaftslehre*¹⁷, aparentemente não há qualquer segredo de que Weber tem em mente a *Begriffsbildung* de Rickert quando fala, em *Roscher und Knies*, da tarefa de “isolar artificialmente o sujeito que avalia e se posiciona” (1973: 135) ou quando diz, em *Die “Objektivität”*, que “não são as conexões efetivas das coisas, mas as conexões conceituais de problemas que definem o objeto das ciências” (1973: 380). De modo genérico, a “teoria da formação de conceitos”, apresentada de maneira mais elaborada por Rickert em seu “Limites da Formação de Conceitos na Ciências da Natureza” [*Die Grenzen*]¹⁸, é uma teoria formal da constituição dos objetos científicos a partir da organização, racionalização e estruturação do material empírico sensível. Ainda que tal teoria não confira caráter hipertrófico ao método, negando assim indiretamente a existência de um plano constitutivo da realidade histórica-espiritual - ou de um significado cultural objetivo, por assim dizer - ela não faz coro às abordagens realistas ou indutivas mais elementares que procuram fazer cópia [*abbilden*] da realidade tal como ela é. Mesmo que as ciências da cultura sejam fundamentalmente ciências da realidade, elas não procuram se referir de maneira imediata aos objetos [Objekt] da realidade em sua desmedida extensão e abrangência. O objeto [Gegenstand] da ciência não é uma objetividade real. Logo, os objetos da ciência só podem ser resultado de uma formalização conceitual, de uma recriação ou construção intelectual. No que tange às ciências histórico-sociais em particular, seus objetos são representações de individualidades históricas construídas mediante processos de seleção e elaboração no *continuum heterogeneous* irracional por uma relação a valores [*Wertbeziehung*].

Sob o ângulo da *Begriffsbildung*, o valor opera como um princípio heurístico de determinação do objeto, algo diferente do que ocorre, portanto, no

plano constitutivo da realidade da vida, no qual o valor vem a ser o princípio de constituição do sujeito que valora e da realidade histórica mesma. Em ambos planos, porém, o valor cumpre uma função correlata, a saber: compõe uma estrutura não sensível que impinge significação à realidade *anímica* real, materializando-se ou corporificando-se nela, mas não se reduzindo a ela. É apenas com essa dualidade entre “ser” e “valor” que Rickert demarca a especificidade da sua edificação filosófica. Especificidade essa que cumpre, ainda, um papel fundamental: determina a objetividade e validade possível ao conhecimento da esfera histórico-espiritual. Porque a compreensão das “formações espirituais” não está no âmbito do “ser” histórico e jamais pode se confundir com processos psíquicos ou com a vida psíquica real do “homem” ou personalidade histórica. “Uma verdade”, diz Rickert, “nunca existe numa pluralidade. Por isso é impossível pensar o sentido verdadeiro como coincidente com a *multiplicidade* de atos psíquicos da compreensão ou mesmo com um deles” (1921: 434). Desse modo, compreender jamais poderia ser sinônimo de reviver ou revivenciar, tampouco ser algo análogo à empatia. Nas ciências histórico-sociais, que têm a vida espiritual como foco, o conteúdo de verdade de um juízo só pode estar para além do “ser” ou do juízo como formação psíquica ou linguística. Em consequência disso que, aos olhos de Rickert, aquelas ciências, caso queiram obter validade para seus juízos, devem voltar-se necessariamente para a compreensão do “sentido transcendental”, um sentido absolutamente indecomponível, “platônico”, que está para além do sujeito e do objeto, que está, em suma, num “reino próprio” [*ein Reich für sich*] (1910: 12).

Decerto que na ótica de Weber o postulado do caráter meta-empírico ou transcendente dos valores é tanto insustentável quanto impensável para uma ciência da ação de inclinação empírica. Mas, se o que está em sua base enquanto “filho” da Escola Histórica é uma “ciência do homem”, então apenas por meio de um “giro antropológico” é possível tornar a filosofia transcendental dos valores algum ancoramento filosófico palatável para uma ciência empírica que não abra mão da “qualidade dos homens”. Só assim entende-se, de fato, o fulcro da notória passagem de 1904 em que Weber proclama que “a premissa transcendental de toda ciência da cultura está [...] na circunstância de sermos seres culturais providos da capacidade e da vontade de assumir uma posição consciente frente ao mundo e de conferir-lhe um sentido” (1973: 358). Assim sendo, tanto a premissa transcendental quanto a via de acesso pré-teórica à correlação entre sujeito cognoscente e objeto conhecido não são os valores transcendentais, portanto, muito menos os significados irrealis [*unwirklichen*] que a eles pertencem, mas o “homem” que atribui sentido subjetivo ao mundo ao simplesmente *estar* e *agir* no mundo. Weber atraca, em grande medida, seu próprio quadro teórico-metodológico na filosofia dos valores, sem, contudo, assumir qualquer platonismo ou metafísica valorativa, muito menos alguma noção de sentido “objetivamente correta” ou “válida”, mas

apenas em posse do “homem livre” que mobiliza empiricamente os valores como unidade e horizonte. Em Rickert, porém, o princípio da generalidade [*Allgemeinheit*] dos valores cumpre uma função em seu sistema de pensamento. Filósofo que é, ele assume a existência transcendental de um sentido irreal aspirando edificar um núcleo comum à *verdade*, algo como um “ponto arquimédico” que fundamenta a *validade* da representação histórica (Morrone, 2013: 204) e que não pode se confundir com os significados [*Bedeutung*] dos atos psíquicos ordinários da vida cotidiana. Já Weber, cientista que é, vai deslocar o parâmetro da *verdade* do sentido [*Sinn*] transcendental para a atividade construtiva do método e de suas conexões de sentido objetivamente possíveis. Para entender como esse deslocamento é exequível, e das possíveis tensões que daí podem emergir, cabe saber, por ora, se o “giro antropológico” weberiano não significaria uma regressão nas remediações propostas pela filosofia do valor para distinguir o ato psíquico real do transcendental. Afinal, deslocar a premissa mais fundamental das ciências da cultura para o “homem” - e, como corolário, à sua subjetividade - não implicaria recair fatalmente no psicologismo?

Quiçá seria uma regressão se Weber não realizasse um movimento metódico-analítico consonante à *Begriffsbildung* que contorna de modo satisfatório o problema do psicologismo. Como dito anteriormente, ele não se interessa pela compreensão do conteúdo vivido na experiência de outrem. Ele sequer tem por objeto da sua sociologia compreensiva a evidência imediata presente no querer declarado de um indivíduo. Para Weber, assim como também para Rickert, a “ciência do homem”, se quer ser ciência e não mera criação literária, precisa ser dissociada em alguma medida do imediatamente vivido no plano constitutivo da realidade. Não há solução “intuicionista” ou “psicológica” possível para o problema epistemológico da “ciência do homem”. Se se quer produzir um conhecimento objetivamente válido sobre os motivos e intenções que guiam as ações é necessário dissociá-los de qualquer (auto) compreensão psicológica ou ordinária típica à vida cotidiana. É nesse sentido que na polêmica erigida em *Roscher und Knies* Weber passa a delinear uma dualidade, não à maneira de Rickert, entre o sentido objetivamente válido e o significado do ato psíquico, mas sim por uma cisão analítica em seu próprio “pressuposto transcendental”: o “homem”. Cindir o “homem” pelo método convém a ele tanto para contornar o problema epistemológico do psicologismo em consonância à *Begriffsbildung* quanto para definir precisamente o que no “homem” é suscetível de compreensão por uma ciência da ação e seus anseios de validação empírica. A cisão vislumbrada por Weber consiste, em resumo, em separar o que no “homem” pode ser hipoteticamente e *teoricamente* construído e objetivado pela ciência empírica e aquilo que, por ele, é ordinariamente e imediatamente vivido em momentos ordinários.

A razão para tal cisão engendrada por Weber é a mesma que faz com que Rickert separe o significado atrelado ao ato psíquico do sentido trans-

cidental, qual seja: obter validade para sua edificação teórica. Num escrito tardio, “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, Weber é bastante claro quando diz que “toda interpretação pretende alcançar evidência”. “No entanto”, completa ele, “nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida” (2004: 7). O ato de ter empatia, por exemplo, de projetar-se ou de introjetar-se nas emoções ou afetos do outro, é uma forma de adquirir evidência do sentido da compreensão. Mas exatamente por ser tão circunscrito a um ato psíquico unitário, restrito apenas à vivência de quem compreende em um dado momento, acarretando a impossibilidade de ser compartilhada e verificada, a evidência psicológica obtida por empatia não pode conduzir à obtenção de validade empírica. Pela razão da evidência produzida empaticamente não ser acessível à experiência de outrem, mas apenas para quem despendeu tal ato, a evidência compreensiva não garante, portanto, qualquer verdade e validade ao conhecimento obtido quando o ato empático é realizado. A possibilidade de demonstrar a validade da compreensão é apenas possível quando nos movemos para além do imediatamente vivido, quando alguma elaboração lógica é empreendida. Assim, a validade empírica é possível unicamente quando a vivência passa a ser referida em relação à experiência [*Erfahrung*] (Weber, 1973: 115). Na linguagem kantiana, em especial, a qual Weber inequivocamente emprega em *Roscher und Knies*, a experiência é a forma de enfrentar os fatos, de organizar o fluxo sensorial coordenada por determinadas categorias transcendentais. Contudo, uma vez que Weber constrói seu pensamento num contexto intelectual de consolidação da teoria do conhecimento pelo neokantismo, já não são mais as categorias da faculdade humana o princípio transcendental que organiza a matéria sensível, mas apenas as formas conceituais edificadas teórica e metodologicamente pelas ciências especializadas e seus respectivos fins cognitivos. Agora, são esses conceitos, aptos a serem compartilhados e submetidos à verificação, que elaboram e constroem a experiência e que asseguram uma possibilidade objetiva para o conhecimento válido (Seneda, 2008: 178).

Nota-se, nesse sentido, que enquanto Rickert entendia a possibilidade de validação do conhecimento pela transcendência dos valores, uma vez que era por eles que se garantiria a coligação entre o particular e o universal, Weber transfere essa possibilidade para o método. Na perspectiva weberiana, é somente pela estrutura lógica do conhecimento de uma disciplina especializada [*Spezialdisziplinen*], e o grau que ela consegue alcançar de elaboração metodológica para perfilar o que é dado empiricamente, o que de fato abre a possibilidade de obtenção de validade empírica. A validação empírica é um produto do método, portanto. Se uma ciência quer alcançar algum grau de validade para seus enunciados, seja ela da “natureza” ou do “homem”, deve operar com algum grau de construção conceitual da experiência. Isso quer dizer, também, que não pode haver contradição lógica ou cisão ontológica

entre a “ciência do homem” e as “ciências da natureza”, uma vez que ambas elaboram conceitualmente a experiência para justamente apreender seu objeto sobre regras causais e regularidades na realidade empírica. Por essa razão que a intenção derradeira de uma “ciência do homem”, que almeja ser uma “ciência empírica da ação”, não se encerra na compreensão, mas na explicação causal. O método compreensivo deve fazer algo a mais do que “compreender”, ele deve explicar [*Erklären*] a ação social. Almejar tal tipo de consideração à “ciência do homem”, pondo-a em correlação lógica com qualquer outra ciência empírica, faz com que Weber demarque posição em relação às proposições dos personagens da Escola Histórica de Economia e demais personalidades que foram seus contemporâneos e estiveram relativamente posicionados na esteira do historicismo e do neo-hegelianismo. Personagens estes que entendiam haver uma oposição lógica e ontológica intransponível entre natureza e espírito, o que os fazia conferir validade aos objetos das ciências histórico-sociais apenas pela evidência imediatamente produzida. Embora todos eles, incluindo Weber, partam do pressuposto deliberado que a compreensão é o método por excelência das “ciências do homem”, tal método não pode se nivelar às formas intuicionistas ou de revivência e transposição empática que não se abrem à possibilidade de construir um valor de verdade por vias da verificação empírica.

Fundamental saber agora o que resta da “ciência do homem” após todo esse “giro lógico”. Quais continuidades e descontinuidades poderiam existir entre *uma ciência e outra*? O movimento aqui sugerido da “ciência do homem” à “ciência da experiência do homem” apenas significa uma impulsão em direção à nitidez metodológica e uma reflexividade sobre os pressupostos e procedimentos de produção do conhecimento social, econômico e histórico. A “qualidade dos homens” permanece como uma máxima no pensamento de Weber, como uma orientação fundamental para aquilo que é substantivo, ético ou cultural, no humano. Apesar da diferença sensível entre suas reflexões metodológicas do início do século XX em conjunto com a ideia de *verstehende Soziologie* que aparece no trabalho de 1913 sobre as “Categorias” e a orientação teórica “generalizante” desenvolvida em trabalhos histórico-comparativos, como “A Ética Econômica das Religiões Mundiais”, não é nada preciso sugerir o abandono por parte de Weber da dimensão qualitativa. Mesmo que a sua “sociologia” histórico-comparativa, e um tanto “estrutural”, não incorpore exatamente a versão “individualista” dos escritos metodológicos, voltada para a orientação subjetiva da ação, isso não significa que o ímpeto cognitivo da “ciência do homem” se esvaia de seu horizonte. Se a “qualidade” não sai do horizonte de Weber, uma “ciência da experiência” é ainda uma “ciência do homem”. Logo, não há cisão ou “corte epistemológico” entre *uma ciência e outra*, mas, de certo modo, uma continuidade.

Tal possível continuidade não significa que aquelas ciências sejam de natureza idêntica, entretanto. Porque o movimento “lógico” de nitidez e pre-

cisão metodológica realizado no alvorecer do século XX explicita certa tendência no pensamento de Weber de tensionar a relação entre ciência e vida (Aldenhoff-Hübinger, 2004; Oexle, 1990). Vê-se isso desde a incongruência aventada entre o valor da verdade e demais valores estéticos e morais até as polêmicas e reflexões metodológicas quando Weber especifica o que no “homem” é suscetível de um conhecimento objetivamente válido. Quando ele “cinde” o “homem” entre o vivido e o hipoteticamente construído, como abordado acima, ele abre-se mais intensamente à teoria, permitindo a possibilidade de validação empírica e considerações causais na “ciência do homem” (algo bem ilustrado na sua ideia do “compreender explicativo” [*erklärendes Verstehen*]). Afinal, vale dizer, tudo que é intelectual e hipoteticamente construído, como as conexões de sentido de uma ação, está no âmbito do conceito ou do que se concebe, não do imediato, do *Aktuell*, do vivido “aqui e agora”. Ciência e vida estariam, assim, em certa relação de oposição entre o conceitualmente edificado e o imediatamente vivido. Sugerir essa tensão não quer dizer, por consequência, que ela apenas veio à tona para Weber nas reflexões metodológicas e lógicas a partir da confecção de *Roscher und Knies* em 1903. Na aula inaugural de 1895 já aparece um posicionamento crítico em relação ao historicismo da Escola Histórica, em especial sobre o embaralhamento dos critérios de valor da ciência e da política. Aquela tensão intensifica-se com a reflexão weberiana sobre o método e o problema da objetividade nas ciências sociais, ou seja, quando a “ciência do homem” que ele quer praticar, como anuncia naquela aula, converte-se numa “ciência da experiência”, condicionada pela evidência intelectual obtida através da *experiência*. Apenas pela *experiência* é possível abrir espaço para que os enunciados de uma “ciência do homem” sejam comprovados empiricamente (Weber, 1973: 103-15). Em vista disso, haveria relativa descontinuidade entre *uma ciência e outra*, uma vez que a “qualidade do homem” precisa ser submetida a determinadas necessidades lógicas de uma ciência empiricamente inclinada.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Poucos personagens que compõem o cânone sociológico expressam tão bem problemas de *lógica das ciências sociais* quanto Weber. É absolutamente perceptível desde ao menos a aula inaugural de 1895, que condensa elementos dos estudos agrários de 1892-94, a presença de uma questão lógica e metodológica tangenciando as reflexões de ordem política e econômica. A reflexividade sobre questões lógicas e metodológicas se acentua cada vez mais durante o século XX, iniciando-se com a escrita de *Roscher und Knies*, e com a polêmica com a Escola Histórica de Economia, e terminando com “Conceitos Sociológicos Fundamentais” e a edificação de uma *verstehende Soziologie*. Todo o percurso realizado neste artigo, com o interesse de tentar explicitar minimamente o movimento aqui aventado de *uma ciência à outra*, foi uma tentati-

va de expressar uma faceta ou um momento muito particular desta tendência ao aprofundamento das questões metodológicas no pensamento de Weber. Da “ciência do homem”, anunciada naquela aula inaugural, para uma “ciência da experiência”, aberta à validação empírica e à consideração causal.

Fundamental salientar, porém, que a ideia de “ciência da experiência” não é um ponto de chegada no pensamento de Weber. Este modelo de “ciência” não é representativo de tudo que ele produziu durante as duas primeiras décadas do século XX. Há muitos modelos de ciência tangenciando os seus trabalhos, como se vê nos ensaios sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, no trabalho sobre as religiões mundiais ou nos questionários aplicados no mundo rural, como também no industrial em 1908-09 (Weber, 1995). Além disso, a ideia de “ciência da experiência”, embora bem alinhavada e ajustada do ponto de vista lógico, é também bastante ambivalente para com a ideia de “qualidade”. Se a sociologia compreensiva edifica-se almejando captar a “qualidade” humana, tal “qualidade” estaria em permanente tensão perante a *redução* que o método empírico exige para tecer juízos objetivamente válidos. Porque a “qualidade” - ou, em certa medida, o “não-idêntico”, para usar um termo do léxico adorniano -, precisa de algum modo ser “reconhecida” ou “mediada” pelo método e sua forma de perfilar o empiricamente dado. Não há “ciência da experiência” ou “empírica” condizente com um ponto de vista hermenêutico que leva em conta apenas a autocompreensão do agente. Uma ciência empírica requer uma transição da *prática* para a *teoria*, da *ação* para a *interpretação*. Embora Weber tente se colocar para além da controvérsia “explicação-compreensão” [Erklären-Verstehen], provavelmente ele tinha absoluta consciência daquela possível ambivalência. Por isso Hennis chegar a dizer que “não é difícil dar-se conta que a maior proporção de material histórico que atraiu a atenção de Weber foi apenas acessível por compreensão “empática” - a sociologia da religião em sua inteireza, todas as ações tradicionais e, certamente, todo o longínquo mundo do carisma” (2000: 15). Essa relação ambígua ante à “ciência da experiência”, e alguns dos limites que ela impõe, explicaria em parte - porque há muitos outros motivos possíveis - o porquê de ser tão sensível certo descompasso entre as linhas metodológicas traçadas por ele e a forma substantiva que constrói alguns capítulos da sua sociologia substantiva, histórica e empírica (algo já notado por Andreas Walther em 1926).

Tudo isso faz com que a “ciência da experiência” aqui sugerida seja apenas um momento muito particular e pontual da obra weberiana. Um momento que tem presença nos escritos “metodológicos” nas duas primeiras décadas do século XX e que se fez necessário para legitimar a proto-sociologia econômica da Escola Histórica e a *verstehende Soziologie* como ciências empíricas num ambiente histórico de consolidação epistemológica das “ciências do homem”.

Fernando Antonio Santana é graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Tem interesse em teoria sociológica, filosofia das ciências sociais e teoria crítica.

NOTAS

- 1 Essa aula inaugural foi originalmente intitulada, em sua versão discursiva, como “A Nacionalidade e a Economia Doméstica” [*Die Nationalität in der Volkswirtschaft*]. Apenas na posterior versão impressa, quando Weber já atenta-se com mais nitidez para uma diferença crucial entre os critérios de valor da ciência econômica doméstica [*Volkswirtschaft*] e os da ciência política econômica [*Volkswirtschaftspolitik*], o título é reelaborado, aparecendo agora como “O Estado Nacional e a Política Econômica” [*Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik*]. Para algumas interpretações divergentes sobre o sentido dessa aula, cf. Colliot-Thélène (1990); Mommsen (1984); Schluchter (1989).
- 2 A formação e o início da atividade docente de Weber se deu na Universidade de Berlim. Lá, lecionou, enquanto *Privatdozent*, entre 1893 e 1894, matérias dentro do seu escopo de formação, como direito comercial e direito romano público e privado. A partir do seu engajamento na Associação para a Política Social [*Verein für Sozialpolitik*], ele realiza um estudo sobre a situação dos trabalhadores rurais no Império Alemão, já publicado em 1892, o que lhe rendeu, na passagem de 1894 a 1895, a nomeação para professor catedrático em Freiburg, assumindo a cátedra de economia política e finanças. Sobre esse contexto, cf. Aldenhoff-Hübinger (2012).
- 3 Além do título, há diferenças substantivas entre o discurso proferido em 1895 e a versão posterior, impressa, modificada por Weber. Nesta última versão, aparece uma parte metodológica, omitida na versão discursiva, além de um curto prefácio, no qual Weber relativiza suas posições políticas expressas na aula como um ponto de vista “subjetivo”. Enquanto na versão impressa há alguma espécie de justificativa para suas posições nacionalistas, na versão discursiva fica mais patente o conteúdo político e as considerações bastante pejorativas e um tanto estonteantes de Weber em relação à população polonesa situada ao lado oriental do território alemão. A esse respeito, cf. Aldenhoff-Hübinger (2004: 146).
- 4 A economia, no sentido alemão, *Nationalökonomie*, não se confunde com o sentido inglês, *economics*. Enquanto no universo disciplinar britânico a economia se independen-tiza disciplinarmente da filosofia moral, transformando-se numa ciência autônoma de princípios “cosmopolitas”

com orientações teóricas abstratas construídas sobre alguns poucos axiomas, no universo alemão a economia volta-se cognitivamente para a dimensão histórico concreta do desenvolvimento nacional, permanecendo, no plano institucional, uma ciência de estado [*Staatswissenschaft*], vinculada ao direito, e condicionada aos “interesses nacionais” e à administração pública até pelo menos metade do século XX.

- 5 O “Arquivo para Ciência Social e Política Social” [*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*] foi uma revista acadêmica que surgiu em 1888, na qual Weber foi editor junto com nomes como Edgar Jaffé e Werner Sombart.
- 6 Sobre essa sugestão de uma ciência à outra convém assinalar aqui, marginalmente, dois pontos. O primeiro, que Käsler (1988), ao comentar sobre as diversas versões que o texto “A Sociologia Agrária das Civilizações Antigas” teve nos de 1897, 1898 e 1909 chama a atenção para este ponto: que a diferença entre a primeira e terceira edição desse trabalho - portanto exatamente no espectro temporal que estou aqui abarcando - consiste na progressiva nitidez na definição do problema e na reflexividade metodológica da investigação (1988: 37). Segundo ponto, ao afirmar que o que caracteriza a “ciência da experiência” é um aprofundamento e elaboração metodológica, realizo uma diferenciação em relação a Hennis. Este importante comentarista da obra de Weber, quando evoca a ideia de “ciência do homem” em alguns ensaios (1987; 2000), o faz no sentido de atribuir universalmente à obra weberiana um caráter central antropológico-caracterológico. Não é essa a linha que seguirei aqui.
- 7 A “Associação para a Política Social” [*Verein für Sozialpolitik*] foi fundada em 1872 por alguns economistas, entre eles Schmoller, um dos expoentes da Escola Histórica de Economia. Essa “Associação” funcionava como uma organização científica, com a produção de pesquisas empiricamente embasadas, mas, a um só tempo, aliando-as em prol de reformas sociais.
- 8 Refiro-me aqui ao texto “As condições dos trabalhadores rurais no Leste do Elba Alemão” [*Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland*] (MWG 3/1 1984).
- 9 O texto em questão é “Tendências de Desenvolvimento na situação dos Trabalhadores Agrários no Leste do Elba”

[*Entwicklungstendenzen in der Lage der ostelbischen Landarbeiter*] (1894).

- 10 Para alguns trabalhos nessa direção, cf. Massimilla (2010); Oakes (1988); Von Schelting (1936). Para um breve e preciso tratamento da “virada lógica” de Weber, cf. Schluchter (1989: cap. I)
- 11 Quando Weber faz especificamente essa discussão em *Roscher und Knies* ele refere-se ao problema do método compreensivo. “O mérito de Simmel”, diz Weber, “foi ter realizado, no âmbito mais amplo do conceito de compreensão, a distinção inequívoca entre a compreensão objetiva do sentido de uma expressão da interpretação subjetiva dos motivos de um homem que fala e age. No primeiro caso nós “compreendemos” o que se fala, já no segundo quem fala (ou que age)” (1973: 93). Weber empreende uma reelaboração sobre essa distinção de Simmel, entretanto. O que se esboça já nessa altura de *Roscher und Knies* é o estabelecimento de uma distinção clara entre o sentido subjetivo prático do teórico, entre compreensão e interpretação, entre o vivido e o concebido [*begreifen*] ou entre experiência e vivência.
- 12 A título de exemplo, em 1908, ainda no contexto das pesquisas da *Verein für Sozialpolitik*, Weber realizou um novo estudo com base novamente em questionários, agora com trabalhadores industriais. Nesse estudo, intitulado “A Psicofísica do Trabalho Industrial” [*Zur Psychophysik Der Industriellen Arbeit*], é em grande medida pautado pelo avanço nos estudos de psicologia experimental. Sobre o contexto de produção deste trabalho, cf. Schluchter (2000).
- 13 O aparecimento do termo *verstehenden Soziologie* irá aparecer notadamente em 1913 no texto sobre as “Categorias” [*Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*].
- 14 A discussão sobre causalidade em Weber, em especial a ideia de “causalidade adequada” e a de “possibilidade objetiva”, é em grande medida pautada sobre os estudos de Von Kries. Para um tratamento deste ponto, cf. Massimilla (2010: cap. 3).
- 15 Refiro-me, aqui, a Schmoller. Na resenha escrita por este economista em resposta a Menger, gesto que abre a chamada “querela do método”, Schmoller faz uso de Dilthey, do livro “Introdução às Ciências do Espírito”, que saiu no mesmo ano do de Menger (*Untersuchungen*), em 1883, para

justificar parte de suas críticas a esse economista austríaco e também para justificar suas próprias posições. A título de exemplo, Schmoller diz: “Dilthey é, eu diria, em absolutamente tudo o mais perfeito antípoda de Menger”.

- 16 O entendimento da compreensão como “revivência” diz respeito apenas ao primeiro desenvolvimento teórico de Dilthey, manifesto primeiramente em “Introdução às Ciências do Espírito” [*Einleitung in die Geisteswissenschaften*]. Dilthey reelabora diversas vezes suas ideias e a sua concepção central de compreensão, indo da psicologia em direção à hermenêutica na primeira década do século XX, a sua última em vida.
- 17 Refiro-me, em especial, ao contexto de organização da obra, por Marianne Weber, e o uso do termo “teoria” ou “doutrina do método” [*Wissenschaftslehre*] - um termo oriundo da filosofia idealista de Fichte, a qual Marianne Weber tinha familiaridade - para caracterização do conjunto de ensaios que compõe o livro *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Após o aparecimento das obras completas [*Max Weber-Gesamtausgabe*], muitas questões sobre a organização da obra weberiana vieram à tona. Para uma discussão e panorama a respeito, cf. Hanke (2012); Sell (2018); Wagner & Zippryan (1994).
- 18 Houve cinco edições de “Os Limites da Formação de Conceitos na Ciências da Natureza” [*Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*], publicada primeiramente em 1902, uma segunda em 1913, uma terceira e quarta em 1921 e uma quinta e última em 1929. Weber e Rickert se conheceram em Freiburg e mantiveram contato durante o período de 1895 a 1896 (em meados de 1897 Weber foi nomeado professor em Heidelberg). Algumas das partes que compõem *Die Grenzen* já apareceram no ano de 1896. Mas, apesar da aproximação entre ambos, e do contato próximo no momento em que Rickert já compunha partes do seu livro, é provável que Weber tenha tido contato com o conteúdo mesmo daquele livro após o aparecimento da primeira edição, como atesta a carta endereçada a Marianne Weber em 1902, quando diz: “Finalizei Rickert. Ele é muito bom” (Weber, 1975: 260).

REFERÊNCIAS

Aldenhoff-Hübinger, Rita. (2004). Max Weber's Inaugural Address of 1895 in the Context of the Contemporary De-

bates in Political Economy. *Max Weber Studies*, 4/2, p. 143-156.

Aldenhoff-Hübinger, Rita. (2012). Os cursos de Max Weber: economia política, Política agrária e Questão dos trabalhadores (1894-1900). *Tempo Social*, 24/1, p. 19-36.

Beiser, Frederick. (2015). *The German Historicist Tradition*. Oxford: Oxford University Press.

Brubaker, Rogers. (1984). *The Limits of Rationality*. An essay on the social and moral thought of Max Weber. London: George Allen & Unwin.

Colliot-Thélène, Catherine. (1990). Max Weber, la leçon inaugurale de 1895 ou: Du nationalisme à la sociologie comparative. *Les Cahiers de Fontenay*, 58/59, p. 103-121 (111-15).

Derman, Joshua. (2012). *Max Weber in Politics and Social Thought*. From Charisma to Canonization. Cambridge: Cambridge University Press.

Hennis, Wilhelm. (1987). *Max Webers Fragestellung: Studien zur Biographie des Werkes*. Heidelberg: Mohr Siebeck Verlag.

Hennis, Wilhelm. (2000). *Max Weber's Science of Man*. New Studies for a Biography of the Work. Newbury: Threshold Press.

Hennis, Wilhelm. (2003). *Max Weber und Thukydides: Nachträge zur Biographie des Werks*. Tübingen: J.C.B. Mohr [Paul Siebeck].

Heuss, Alfred. (1965). Max Webers Bedeutung für die Geschichte des griechisch-römischen Altertums. *Historische Zeitschrift*, 201, p. 529-556.

Honigsheim, Paul. (1946). Max Weber as Rural Sociologist. *Rural Sociology*, 11/3, p. 207-218.

Honigsheim, Paul. (1949). Max Weber as Historian of Agriculture and Rural Life. *Agricultural History*, 23/3, p. 179-213.

Käsler, Dirk. (1988). *Max Weber*. An Introduction to his Life and Work. Cambridge: Polity Press.

Lichtblau, Klaus. (2015). Max Weber's 'Sociology' as seen against the history of his work. *Max Weber Studies*, 15/2, p. 232-247.

Löwith, Karl. (1988). *Max Weber und Karl Marx*. *Sämtliche Schriften*, V.

Marx, Karl. (2017). *Os Despossuídos*. São Paulo: Boitempo.

- Massimilla, Edoardo. (2010). *Tre Studi su Weber. Fra Rickert e Von Kries*. Napoli: Liguori Editore.
- Mommsen, Wolfgang. (1984). *Max Weber and German Politics 1890-1920*. Chicago: University of Chicago Press.
- Morrone, Giovanni. (2013). *Valore e Realtà*. Napoli: Rubbettino Editore.
- Oakes, Guy. (1988). *Weber and Rickert. Concept Formation in the Culture Sciences*. Cambridge: MIT Press.
- Oexle, Otto Gerhard. (1990). “Wissenschaft” und “Leben”. Historische Reflexionen über Tragweite und Grenzen der modernen Wissenschaft. *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, 41, p. 145-61.
- Oexle, Otto Gerhard. (1996). Von Nietzsche zu Weber. Wertproblem und Objektivitätsforderung der Wissenschaft im Zeichen des Historismus. In: Oexle, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht. p. 73-94.
- Rickert, Heinrich. (1929). *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*. Tübingen: Fünfte Auflage.
- Rickert, Heinrich. (1910-1911). Vom Begriff der Philosophie. *Logos. Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur*, 1, p. 1-34.
- Riesebrodt, Martin. (1989). From patriarchy to capitalism. In: Tribe, Keith (org.). *Reading Weber*. London: Routledge. p. 131-157.
- Schelling, Alexander von. (1934). *Max Webers Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B. Mohr.
- Schluchter, Wolfgang. (1989). *Rationalism, Religion, and Domination. A weberian perspective*. California: University of California Press.
- Schluchter, Wolfgang. (2000). Psychophysics and Culture. In: Turner, Stephen. (org.). *The Cambridge Companion to Weber*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schumpeter, Joseph. (1914). *Epochen der Dogmen- und Methodengeschichte*. Tübingen: J.C.B. Mohr
- Schumpeter, Joseph. (1954). *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.
- Sell, Carlos Eduardo. (2018). Weber, Max. Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit. *Schriften und Reden 1908-1917 [Sociologia compreensiva e controvérsia sobre*

os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917]. *Tempo Social*, 30/3, p. 321-334.

Seneda, Marcos César. (2008). *Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*. Campinas: Editora Unicamp.

Shionoya, Yuichi. (2005). *The Soul of the German Historical School. Methodologica Essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter*. Boston: Springer.

Swedberg, Richard. (2005). *Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Tessitore, Fulvio. (2016). *Trittico Anti-Hegeliano. Da Dilthey a Weber*. Roma: Edizione di Storia e Letteratura.

Tribe, Keith. (2007). Historical Schools of Economics: German and English. In: Warren J. Samuels, Jeff E. Biddle, e John B. Davis (org.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Malden: Blackwell. p. 215-230.

Wagner, Gerhard & Zipprian, Heinz. (1994). *Max Webers Wissenschaftslehre. Interpretation und Kritik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Walther, Andreas. (1926). Max Webers als Soziologe. *Jahrbuch für Soziologie*, 2, p. 1-65.

Weber, Max. (1971). *Gesammelte politische Schriften*. Tübingen: J.C.B Mohr Siebeck.

Weber, Max. (1973). *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J.C.B Mohr Siebeck.

Weber, Max. (1975). *Max Weber. A Biography*. New York: Wiley Press.

Weber, Max. (1984). *Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland 1892*. Max Weber-Gesamtausgabe. Band 1 & 2/3. Tübingen: J.C.B. Mohr [Paul Siebeck].

Weber, Max. (1990). *Grundriß zu den Vorlesungen über Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie*. Tübingen: J.C.B. Mohr [Paul Siebeck].

Weber, Max. (1993). *Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik. Schriften und Reden 1892-1899*. Max Weber-Gesamtausgabe. Band 1/4. Tübingen: J.C.B. Mohr [Paul Siebeck].

Weber, Max. (1995). *Zur Psychophysik Der Industriellen Arbeit. Schriften Und Reden 1908-1912*. Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/11. Tübingen: J.C.B. Mohr [Paul Siebeck].

Weber, Max. (2004). *Economia e Sociedade*. V. I. Brasília, DF: Editora UnB.

MAX WEBER E A PASSAGEM DA “CIÊNCIA DO HOMEM” PARA A “CIÊNCIA DA EXPERIÊNCIA”

Palavras-chave

Max Weber;
Ciência do Homem;
Teoria Sociológica;
Escola Histórica de Economia;
Lógica das Ciências Sociais.

Resumo

Este artigo explora um possível movimento na obra weberiana entre o que chamo de “ciência do homem”, que Weber herda da Escola Histórica de Economia, e a “ciência da experiência” ou “empírica”, que na esteira do kantismo apresenta preocupações com a objetividade e com processos de validação empírica do conhecimento. Enquanto aquela primeira ciência tem por meta a “qualidade dos homens”, a segunda tem como preocupação questões de ordem lógica, fazendo da evidência intelectual e da validação o seu critério distintivo. A possível passagem de uma ciência à outra aparece na obra de Weber na virada entre séculos, entre os seus estudos agrários e a sua retomada intelectual, com reflexões metodológicas parelhas à produção de Roscher und Knies. Realizo neste artigo uma incursão por alguns pontos dessa possível passagem, para sugerir que o movimento aqui aventado se constitui como um gesto em prol da nitidez metodológica por parte de Weber.

MAX WEBER AND THE MOVE FROM THE “SCIENCE OF MAN” TO THE “SCIENCE OF EXPERIENCE”

Keywords

Max Weber;
Science of Man;
Sociological Theory;
Historic School of Economics;
Logic of the Social Sciences.

Abstract

This article explores a possible movement in Weber’s work between what I call the “science of man,” which Weber inherited from the Historical School of Economics, and the “science of experience,” a science concerned with objectivity and with processes of empirical validation of knowledge in the wake of Kantism. While the first science is concerned with the “quality of man,” the second is concerned with logical questions and makes intellectual evidence and validation its distinguishing criteria. The possible transition from one science to the other appears in Weber’s work at the turn of the century, between his agrarian studies and his intellectual comeback, with methodological considerations made in connection with the production of Roscher and Knies. In this article, I will address some points of this possible passage to suggest that the movement implied here is a gesture toward methodological clarity by Weber.